15:21 18%

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patricia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Anderson Demian (*mercado leitor e estratégias digitais*), João Cestari (*tecnologia*) e Marcelo Benez (*comercial*)

Laerte

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Quão desigual?

Seja qual for a métrica usada, Estado precisa conter inflação e tributar e gastar com mais justiça

Se não pode restar dúvida de que a desigualdade social no Brasil é elevadíssima e vergonhosa, as dimensões dessa concentração de renda e sua evolução têm sido objeto de um proveitoso debate acadêmico e político nos últimos anos.

Até meados da década passada, acreditava-se que a disparidade entre ricos e pobres seguia em trajetória de queda quase contínua desde o início do século, o que era um dos indicadores mais alardeados pelas administrações petistas.

Os dados empregados na época se baseavam nas pesquisas amostrais periódicas do IBGE, em particular as destinadas a apurar os níveis de emprego e renda — um padrão seguido globalmente.

A partir do trabalho do economista francês Thomas Piketty, porém, firmou-se o entendimento de que esse tipo de estatística tende a subestimar os rendimentos no topo da pirâmide social.

Por motivos variados, entre eles o mero desconhecimento, entrevistados declaram incorretamente os ganhos que são oriundos não do trabalho, mas do patrimônio, como juros, dividendos e aluguéis.

Para sanar a deficiência, tornou-se comum o uso de informações prestadas nas declarações do Imposto de Renda das pessoas físicas. Com tal recurso, diferentes estudos apontaram que a desigualdade brasileira ficara estável, em nível mais alto do que se imaginava, ou mesmo subira até 2015.

A conclusão não é consensual, entretanto. Em 2021, um trabalho divulgado pelo Insper inovou ao considerar rendas não monetárias dos mais pobres, como acesso a educação e saúde públicas, e concluiu que a disparidade social diminuíra, sim, até 2015, embora com alta em 2016 e 2017.

Conforme a **Folha** noticiou, pesquisa do economista Sérgio Gobetti recém-publicada pela FGV indica alta da concentração entre 2017 e 2022 — quando a renda declarada pelo 0,01% mais rico do país quase dobrou, enquanto a dos brasileiros que não pertencem aos 5% do topo avançou 33%.

Já a pesquisa amostral do IBGE apurou queda da desigualdade do rendimento domiciliar per capita no período (de 0,539 para 0,518 pelo índice de Gini, que varia de 0 a 1), com ajuda do emprego e das transferências de renda do governo.

O aprimoramento das estatísticas é crucial para aferir a eficácia das políticas sociais. Qualquer que seja a métrica, de todo modo, são evidentes os imperativos de buscar uma tributação mais progressiva, melhorar o ensino básico, manter a inflação sob controle e rever gastos públicos que beneficiam os estratos mais abonados.

O bullying e a lei

Norma contra a prática tem méritos e excessos; avanços dependem de transformação cultural

Diz-se, proverbialmente, que, se a única ferramenta de que se dispõe é um martelo, todos os problemas se parecerão com um prego. Esse viés cognitivo faz com que superestimemos os poderes das ferramentas que nos são familiares.

Legisladores são particularmente suscetíveis a esse viés. São poucos os problemas sociais que os parlamentares não tentam resolver a golpes de leis, não raro penais.

Eles não estão inteiramente errados. Problemas sociais são fenômenos complexos com múltiplas causas e, em muitos casos, devem ser abordados pela via penal. O risco é que, aprovada a norma, as autoridades considerem a missão cumprida e abandonem o problema, que só passa tangencialmente por essa área do direito.

O novo diploma sobre o bullying é um exemplo. Intimidações contra crianças e adolescentes sempre foram uma adversidade no ambiente escolar. Tornaram-se piores com a internet, já que na modalidade presencial ficavam limitadas a algumas horas por dia. Na virtual, afetam a vítima diuturnamente.

Não é de todo mau tipificar a prática como delito. Tal medida fornece a diretores, professores, pais e alunos mais um argumento contra o bullying e um recurso efetivo para agir em casos mais graves.

Foi sensato que, na modalidade presencial, os legisladores tenham sido módicos na sanção prevista, que ficou limitada a multa — embora não tenham deixado claro quem a pagaria, já que menores não podem ser incriminados.

A moderação é necessária. Os autores das intimidações no mais das vezes são outras crianças, que também podem ser vítimas.

Contudo o que distingue o bullying de interações sociais traumáticas, mas não criminosas, é principalmente a repetição sistemática, característica muito difícil de fixar em regra. Quantas vezes por semana é necessário agredir um jovem para caracterizar o delito?

Ademais, a moderação foi abandonada no cyberbullying. A pena prevista deixou de ser apenas multa para converter-se em dois a quatro anos de prisão. A discrepância é excessiva, mesmo considerando que as repercussões da prática virtual tendem a ser piores.

Deve-se registrar que os parlamentares tiveram o cuidado de propor a criação de uma política nacional de prevenção e combate ao bullying. Porém tirá-la do papel exige mais do que uma lei. Passa por uma transformação cultural.

A boa notícia é que há indícios de que ela esteja em curso. O problema é que jamais dará conta de todos os casos e ocorre lentamente. Para muitas crianças, já será tarde.

Os templários e o carcará

Socorro Acioli

Gabriel García Marquez duvidou de mim. Disse não acreditar que existia uma cabeça gigante de santo Antônio no chão, longe do corpo degolado no alto de um morro. Depois de ver as imagens, perguntou que lugar absurdo é esse onde eu vivo. É o Ceará, eu disse, e lá tem muito mais. Dezoito anos depois tenho mais provas de que nas veias desse pedaço de mundo corre alguma água de delirar.

Imaginem se eu mostrasse a ele as fotos da cidade medieval que está sendo construída em Umirim, um município com menos de 22 mil habitantes no sertão cearense. São torres, ponte levadiça, calabouço, muralhas com ameias, não falta nada. O plano para essa homenagem ao medievo é sediar uma universidade.

As duas maiores esculturas em aço carbono do Brasil estão sendo construídas na Umirim medieval: um templário e um carcará, aquela ave de rapina que abriu as portas do canto de Maria Bethânia. Tão inusitado quanto simbólico, porque, de alguma maneira, os dois podem explicar muito sobre até onde pode ir a imaginação cearense.

Em Alto Santo da Viúva, outra cidade cearense, há um coliseu romano. O nome atual é só Alto Santo, morada de 17 mil habitantes que convivem com o souvenir de Roma. O que há por dentro é um campo de futebol e destoa tanto que já parece até combinar. Sem falar no Ioiô, um bode empalhado que foi candidato a vereador e bebia com poetas e políticos na praça do Ferreira.

No mesmo Ceará estamos prestes a receber uma sede do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, tivemos uma santa beatificada pelo papa Francisco no ano passado (Benigna Cardoso) e um escritor, Stênio Gardel, que é o primeiro brasileiro a receber o prêmio National Book Awards, nos Estados Unidos, com seu livro "A Palavra que Resta" (Companhia das Letras).

Bendito seja o riacho por onde corre a nossa água de delirar.

Jornalista e autora dos romances "A cabeça do Santo" e "Oração para Desaprender"

O esqueleto de Abreu e Lima

Bruno Boghossian

Antes de embarcar para Havana, em setembro, Lula encomendou uma escala em Pernambuco. O presidente queria anunciar um investimento bilionário na refinaria Abreu e Lima. Não houve tempo para organizar o evento, a vida seguiu, e o projeto virou fato consumado. Mas o petista não desistiu de pisar ali.

Um misto de interesse político, desejo de desforra e excesso de confiança levará Lula a revirar o esqueleto de Abreu e Lima. O presidente viaja nesta quinta (18) para visitar as obras de expansão da refinaria.

Não é fácil defender o processo que pôs Abreu e Lima de pé desde 2005. Mal planejada e executada, a obra consumiu quase dez vezes o orçamento inicial. A Venezuela, que prometia rachar o custo com o Brasil, pulou fora. Dirigentes da Petrobras e empreiteiras admitiram que o projeto rendeu propinas milionárias.

Descontados alguns radicais, que escolheriam queimar o terreno ou vender a planta a preço de banana, há gente no mercado que vê sentido nos novos investimentos. O país precisa do diesel refinado ali, e a Petrobras ganha aplicando dinheiro num projeto que já existe.

Ainda assim, Lula poderia evitar assombrações do passado se deixasse a discussão para a diretoria da estatal, que é obrigada a prestar contas aos acionistas. Se estivesse em busca de um palanque qualquer, o presidente poderia encontrar projetos mais inovadores e menos infames.

Lula, na verdade, trata a visita a Abreu e Lima, em alguma medida, como uma resposta à Lava Jato. Um dos objetivos é exibir o esforço do governo para recuperar um setor econômico cuja decadência o petista sempre atribuiu à operação. Outro propósito é martelar a mensagem de que a investigação foi derrotada após a anulação de condenações.

O desembaraço só não se justifica porque Lula sabe diferenciar os fatos dos abusos cometidos pela operação. Na campanha de 2022, entre críticas à Lava Jato e uma defesa pessoal, ele mesmo reconheceu: "Você não pode dizer que não houve corrupção se as pessoas confessaram".

Em casa, para sempre

Ruy Castro

Carlos Lyra, o mestre da bossa nova, morto no dia 16 de dezembro, descansa agora no cenário do Rio que ele mais amava: a Lagoa Rodrigo de Freitas. Ao contrário de Tom Jobim, cuja alma cantava quando Tom, do avião, via o Rio por inteiro, a dele se iluminava ao sair do túnel Rebouças e o espelho d'água se abria aos seus olhos. Foi às margens da Lagoa que Carlos passeou com sua mulher Magda Botafogo todos os dias, pelas últimas décadas, e decidiu que, ao morrer, queria ser cremado e ter as cinzas dispersas ali. E assim, na 4ª última (10), Magda e quinze intimos do casal foram cumprir o seu desejo.

O píer na altura do Cantagalo seria perfeito para o derrame das cinzas, mas Magda teve uma inspiração de último minuto: fazer isto bem no centro da Lagoa, onde as águas são mais profundas. Com a assessoria técnica do geólogo e jornalista Luiz Gravatá, alugaram quatro pedalinhos, daqueles de cisne, para chegar ao ponto mais distante permitido pela administração. E lá se foram, pedalando contra o vento do fim da tarde, ao som da música de Carlos saindo do bluetooth.

Ao chegarem, como por magia, o vento parou, a onda amainou e os pedalinhos se atracaram uns aos outros. Era a hora. Magda disse bonitas palavras e tirou da bolsa uma urna cilíndrica, que entregou lentamente às águas e a Lagoa engoliu como se esperasse por ela. Coincidência ou não, o que Carlos cantava naquele momento era "Lá Vou Eu", uma canção de seu disco "Carioca de Algema", de 1994 — "Por cada encontro em que me perder/ Vou sem dono e não quero escravo/ Eu deixo tudo, não levo nada/ E lá vou eu/ Lá vou eu..."

A urna comprada por Magda era biodegradável. Logo se desfará e as cinzas de Carlos se integrarão ao biioma da Lagoa. Ele estará em casa.

De volta ao píer e devolvidos os pedalinhos, só lhes restava ir ver o pôr do sol no outro território cheio de lembranças de Carlos Lyra: o Bar Lagoa.

Aposta de alto risco

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora do Cebrap e professora aposentada da USP
Escreve às quintas

O maior problema criado pelo apoio brasileiro à denúncia contra Israel, feita pela África do Sul na Corte Internacional de Justiça (CIJ) não é a adesão aberta à ideia controversa de que em Gaza ocorre um genocídio. Afinal, há espaço para discutir como designar o massacre de civis palestinos pelo Exército israelense, que sobrepassa o legítimo exercício do direito de defesa do país diante do selvagem ataque do Hamas, em 7/10.

A decisão do presidente Lula não foi um passo inédito, nem resultado, sobretudo, da indignação com o drama palestino. Outras tragédias humanitárias correm mundo — e o entorno do país — sem que ele julgasse necessário manifestar seu repúdio.

O apoio à iniciativa sul-africana se segue a outros gestos que denotam uma guinada mais ampla na política externa brasileira: parece indicar uma aposta para além de nossa tradicional preferência por um mundo multipolar, no qual a hegemonia dos Estados Unidos seja compensada pela existência de outros centros de poder.

Na realidade, há sinais de que o Palácio do Planalto e os conselheiros diplomáticos do seu atual titular possam estar pensando em como situar o país numa ordem internacional "pós-ocidental", como se designa o sistema que resultaria da decadência dos Estados Unidos; do surgimento de países intermediários na escala de poder como a Índia e outras nações do Leste Asiático; e, sobretudo da ascensão da China, para além da esfera econômica.

Só assim se explicariam os rapapés do presidente Lula ao autocrata russo Vladimir Putin, condenado por crimes de guerra pelo Tribunal Penal Internacional. Ou a prioridade dada aos Brics, que passaram a incluir países notórios por seus governos autoritários e, aos poucos, transformados em caudatários do projeto global de poder de Pequim. Ou ainda, o endosso à iniciativa de Pretória.

Se for essa a aposta que inspira a política externa de Lula-3, embute riscos óbvios para o país, no curto e no longo prazo.

De imediato, dá margem a críticas que apontam a inconsistência de uma atuação ora pautada no prudente realismo que sustenta o princípio da não intromissão em decisões internas alheias — e fundamenta a leniente atitude de Lula diante de Cuba e da Venezuela — ora na invocação dos direitos humanos para condenar a invasão de Gaza.

No longo prazo, na ordem pós-ocidental, o Brasil, cujas instituições políticas seguem o figurino da democracia liberal, teria dificuldade de encarar investidas internas, quando lá fora governos autoritários ditarem as regras do convívio internacional.

Pode até ser esse o destino do mundo, mas apostar nele é insensatez.